

O JÚRI: ENTRE TAPAS E BEIJOS

LÚCIO FLÁVIO

DA EQUIPE DO CORREIO

Tal qual um caldeirão repleto de iguarias, o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro cozinhou, ao longo de quatro décadas, histórias engraçadas, querelas homéricas e passagens inusitadas dignas de filme dos irmãos Coen. Muitas presenciadas ou vivenciadas por quem teve a honra ou, para alguns, a infelicidade de fazer parte da comissão de jurados de um dos mais emblemáticos eventos cinematográfico do país. Assessor especial da Secretaria de Cultura e coordenador do festival, o baiano Fernando Adolfo foi testemunha de algumas delas. Com a autoridade de quem conferiu de perto todas as edições, desde 1965, ele esclarece de cara: "Todas as reuniões são sigilosas, a cada ano avisamos aos convidados que as informações e fatos ali presenciados não podem vazarem", explica. "Mas sempre há lobby, discussões e decisões pessoais", enfatiza.

Ao contrário do que parece, ser jurado de um evento da magnitude do Festival de Brasília não é tarefa fácil. Todo ano uma comissão formada por sete pessoas é escolhida para premiar os seis longas concorrentes da mostra competitiva 35mm. Cinco julgam as produções em 16mm. Fica a cargo da coordenação do festival convidar os julgadores. "É feita uma pesquisa, escolhemos pessoas que têm relação e identidade com o festival", detalha Adolfo, responsável pelos contatos. O público participa ao formar o júri popular, votando todos os dias em urnas distribuídas pelo Cine Brasília. "Só vota quem adquire a cédula na compra do ingresso. É o júri mais sério e representativo de todos os festivais", garante Adolfo.

Nem sempre foi assim. Nos

tempos da ditadura, o júri chegou a ser formado por 12 pessoas, a maioria ligada ao governo, como secretários, chefes de departamentos e federações. "Eram autoridades indicadas pelos militares", conta Adolfo. "Há mais de 20 anos o formato do júri se limita a sete pessoas", revela.

Este ano, a responsabilidade de premiar as 22 categorias que concorrem ao troféu Candango na mostra 35mm recaiu sobre o escritor e roteirista Marçal Aquino, os jornalistas e críticos de cinema João Paulo Cunha (*Estado de Minas*) e Mauro Ventura (*O Globo*), os atores Chico Diaz e Dira Paes e o cineasta Manfredo Caldas, único representante de Brasília. O fato de o número de integrantes da comissão ser ímpar é determinante em caso de empate. Foi o que aconteceu, por exemplo, no ano passado, quando o júri empacou entre *Batismo de sangue*, de Helvécio Ratton, e *Baixio das bestas*, de Cláudio Assis. O resultado foi o Candango de melhor direção para o primeiro e o de melhor filme para o segundo.

As reuniões se dão diariamente no Hotel Nacional, numa sala reservada para o júri. No dia seguinte à exibição, eles se reúnem para debater o filme. No último dia, todos seguem direto do Cine Brasília para o quartel-general e ali varam a madrugada, em meio a muito café, a discussões e impasses. "Todo ano é assim. Eles levam o jantar para a sala e só saem dali às 5h, 6h da manhã", revela Adolfo. "A última reunião é a que decide tudo e geralmente se dá sob tensão enorme", confidencia o coordenador, que recebe o resultado pontualmente às 7h da manhã, após a assinatura da ata por todos os membros do júri e a justificativa das escolhas. "É cedo, mas tudo isso para dar

tempo de preparar a solenidade de entrega dos prêmios, que ocorre no mesmo dia", explica.

Encontro e desencontros

Um dos episódios mais marcantes lembrados por Adolfo envolvendo decisão do júri, mesmo que indiretamente, foi em 1999. Coadjuvante na disputa, o diretor paulista Luiz Alberto Pereira perdeu a compostura. Premiado com o Candango de melhor direção de arte, trilha sonora e prêmio do júri por *Hans Staden*, indignou-se com o resultado de um prêmio especial criado pelo Ministério do Turismo e jogou um de seus troféus na lata de lixo. "Naquele ano, o tema dos 500 anos estava em voga e o ministério criou uma premiação para produções que tivessem enredo que se identificasse com a temática", recorda. "Quem viu o festival sabia que o filme que mais se aproximava era *Hans Staden*. Mas deram o Prêmio Brasil 500 para *O tronco*, de João Batista de Andrade, que tinha feito lobby para isso. Até eu fiquei estupefato", conta.

Mais engraçado seria o desfecho dessa história: arrependido, semanas depois Luiz Alberto Pereira escreveu um mea-culpa em jornal paulista e ofereceu dinheiro para quem tivesse achado o seu Candango. Sorte do apresentador Dimer Monteiro, que, sem que ninguém percebesse, no momento da fúria do diretor, havia resgatado a peça do lixo. "São coisas que ninguém espera de um júri. A gente nunca sabe o que vai acontecer. Nesse caso, quem pagou o pato foi o júri do Festival de Brasília, que não tinha nada a ver com a história", reavalia Adolfo.

Jornalista e ex-crítico de cinema do *Correio*, Clóvis Sena foi um dos que sentiram na pele as agruras de ser do júri. Jurado em 1970, 1971 e 1976 e membro da comissão de seleção várias vezes, recorda o

momento mais castrador: a retirada e proibição da exibição de *O país de São Saruê*, de Vladimir Carvalho. "Foi algo brusco para todos nós, uma ofensa ao júri que havia escolhido o filme para a mostra competitiva", desabafo, tantos anos depois. "Veio uma ordem de cima e não só retiraram o filme da competição como o proibiram em todo o território nacional. Todos sabiam que era coisa dos militares", lembra. "Colocaram no lugar *Brasil bom de bola*, exibido debaixo de vaia", detalha.

Outra história lembrada pelo jornalista Clóvis Sena tem como personagem principal um dos maiores atores do país, o gaúcho José Lewgoy, morto em 2003. "Todo ano em que participava do festival, o Zé Lewgoy vinha, com a maior cara-de-pau, chatear o júri pedindo voto. Era impressionante, já que ele era um dos atores mais talentosos do país, onde punha a cara roubava a cena", ri.

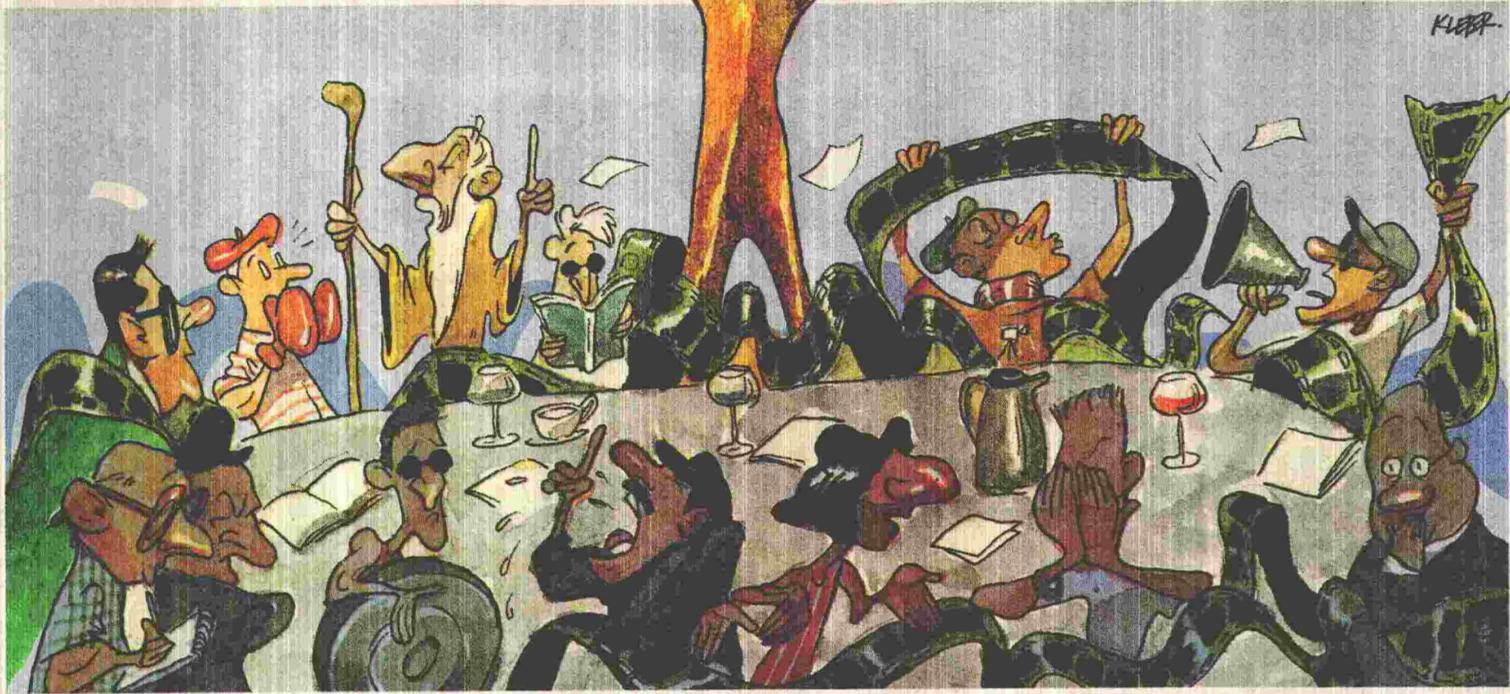
Novos tempos

Alguns momentos curiosos marcaram a trajetória do Festival de Brasília pós-retomada. Em 1997, a 30ª edição ganhou colorido ar de polêmica ao jogar na mesma balança a narrativa convencional de *Anahy de las misiones*, de Sérgio Silva, e o experimentalismo selvagem de *Miramar*, de Julio Bressane. A justificava dos jurados foi tão esdrúxula quanto a decisão unânime da comissão. "O júri deste festival considera a renovação da linguagem, o arrojo do cineasta, o atrevimento narrativo e oxigênio da criação cinematográfica; mas admira como igualmente importante a narrativa clássica na realização das obras cinematográficas de qualidade."

Em 2003, Bressane, na briga pelo Candango com o sensorial *Filme de amor*, mais uma vez seria pivô de uma querela entre Luiz Fernando Carvalho e Alain Fresnot, ambos na comissão do júri. O primeiro apostou as fichas na ousadia vanguardista de Bressane. O segundo se identificava com o acadêmico *Lost Zweig*, cinebiografia do escritor Stefan Zweig dirigida por Sylvio Back. "O clima esquentou feio entre os dois e tive que intervir, chamando-os para conversar, pedindo que fizessem as pazes", lembra Fernando Adolfo. "O Luiz Fernando, que é um gentleman, ligou para o Fresnot e acabou com o mal-estar. Às vezes a gente tem que agir como bombeiro", brinca.

“**TODAS AS REUNIÕES SÃO SIGILOSAS, A CADA ANO AVISAMOS AOS CONVIDADOS QUE AS INFORMAÇÕES E FATOS ALI PRESENCIADOS NÃO PODEM VAZAR. MAS SEMPRE HÁ LOBBY, DISCUSSÕES E DECISÕES PESSOAIS**”

Fernando Adolfo, coordenador do festival



TRABALHO DA COMISSÃO JULGADORA NÃO SE RESTRINGE A AVALIAR OS MELHORES FILMES. DISPUTAS, LOBBY DE ARTISTAS E ATAQUES DE VAIDADE FAZEM PARTE DO ANEDOTÁRIO DA FUNÇÃO

